| Aluno | Orientador | Tema | Resumo |
| --- | --- | --- | --- |
| Alana Luiza Barbeta | Gustavo Henrique de Oliveira | Responsabilidade Civil por Abandono Afetivo | O trabalho acadêmico apresentado visa abordar o tema da responsabilidade civil por abandono afetivo. Levando em conta os princípios legais que norteiam o Direito de Família e da Responsabilidade Civil. Nos dias atuais, notável se faz a valoração do afeto, principalmente no que tange o crescimento saudável da criança e do adolescente, tanto físico como psicológico. Porém esta não é, muitas vezes, a realidade. Conclui-se, portanto, cabível a responsabilidade civil em decorrência do abandono afetivo, assim como possível indenização. |
| Alexandre Mascarin Francisco | Nelson Paulo Rossi Junior | O microssistema processual coletivo e a ação civil pública na tutela dos direitos metaindividuais | Trata-se de estudo das inovações processuais acerca da vertente processual das Demandas Coletivas, do Microssistema Processual Coletivo brasileiro e da Ação Civil Pública. Busca identificar, de forma superficial, as principais características deste braço do Direito Processual Civil pátrio. O modesto estudo, passa pela parte histórica, justificativas cientificas e chega aos instrumentos atuais utilizados para tutelar direitos difusos e coletivos. |
| Amanda Dalpossolo | José Renato Martins | Critérios de racionalidade da legislação penal aplicada aos delitos contra o patrimônio | A presente monografia traz uma ampla visão dos critérios de racionalidade da legislação penal, em especial, aqueles aplicados aos delitos contra o patrimônio. Inicialmente, são abordados os desdobramentos do princípio da legalidade, essencial à configuração das leis e, em seguida, a dinâmica do processo legislativo, em si. O foco principal gira em torno da irracionalidade legislativa referente aos delitos patrimoniais, sendo destacadas várias observações relativas à matéria, bem como a inobservância de certos princípios. Por fim, a autora posiciona-se a respeito da existência de patente falta de racionalidade e apresenta alguns aspectos que devem ser observados para serem evitadas leis penais simbólicas. |
| Amanda Lumena Baboni | José Luiz Joveli | Tráfico Internacional de Pessoas | O tráfico internacional de pessoas atinge diversos países do mundo e movimenta bilhões de dólares por ano, perdendo apenas para o tráfico de drogas e de armas. Devido à gravidade do crime, vários são os instrumentos internacionais que abordam o assunto, tanto para assegurar proteção às vítimas traficadas como para combater o tráfico internacional de pessoas e outros aspectos do crime organizado. |
| Amanda Paola Godoy de Souza | Wladyr Benedicto Bueloni Junior | O início da personalidade jurídica e os direitos do nascituro | O presente trabalho tem como objetivo demonstrar os conflitos legislativos e doutrinários acerca do início da personalidade jurídica e os direitos do nascituro. Realizada uma análise das doutrinas estrangeiras e das teorias do início da personalidade. Através de uma análise do ordenamento jurídico brasileiro foi possível elencar os principais direitos inerentes ao nascituro. |
| Ana Carolina Folster Lopes | Richard Pae Kim | A Eficácia das Medidas Socioeducativas | O trabalho tem por principal objetivo demonstrar de forma minuciosa a eficácia das medidas na ressocialização dos adolescentes infratores, cada qual com sua intensidade própria, e tentar traçar os demais fatores que auxiliam e prejudicam essa recuperação. |
| Ana Paula Ferreira Melenchon | Renata Helena da Silva Bueno | Responsabilidade civil no abandono afetivo | O presente trabalho tem como tema a Responsabilidade civil no abandono afetivo, que abordará a responsabilidade civil dos pais perante os filhos menores, as obrigações e deveres de cada genitor, bem como as penalidades previstas no caso de descumprimento das normas constitucionais que visam à proteção e cuidado com os filhos. Por fim, tratará da possibilidade de indenização por dano moral no abandono afetivo. |
| Ana Paula Mariano Oliveira | Nelson Paulo Rossi Junior | Direitos sucessórios do cônjuge e do companheiro na ordem de vocação hereditária – artigos 1829 e 1970 do CC | O presente trabalho tem o objetivo estudar as diferenças do direito sucessório do cônjuge e do companheiro, para isso foram citados e trabalhados os artigos do Código Civil vigente que se fizeram necessários, bem como se voltou velozmente para a partilha emitida de forma mais rápida, realizada no Tabelionato Extrajudicial |
| Ana Paula Moraes Sartori | Cristhiane Martins Schmidt | Psicopatia e imputabilidade penal | O presente trabalho vem esclarecer as faces da psicopatia, citar as diversas opiniões de juristas, doutores, psiquiatras e psicólogos a respeito do assunto. Demonstrar o que a justiça brasileira entende e julga a respeito dos imputáveis. Também aponta todos as motivações, desde a infância que levam a pessoa a cometer um crime, exemplificando com casos reais. |
| André Danillo Spatti | Jorge Luiz Joly Penna | O sistema recursal no novo Código de Processo Civil | O presente trabalho visa abordar as novas características e peculiaridades do sistema recursal no Novo Código de Processo Civil. Apresentando de maneira concisa e simples o conceito e princípios do recurso e, ainda, de maneira mais extensa, o trabalho buscou em mostrar os recursos em espécie, seus prazos, suas maneiras de interposição e algumas de suas curiosidades, tudo isso usando a metodologia de pesquisa bibliográficas em doutrinas e internet. |
| Andressa Sobrera da Silva | João Miguel da Luz Rivero | Direito de expressão e reunião | Em virtude das manifestações populares ocorridas no Brasil, buscou-se com este estudo adentrar na liberdade de expressão e reunião. |
| Ariel Jeronimo Toledo da Silva | Álvaro Sérgio Cavaggioni | Inovações introduzidas pela emenda do divórcio | A separação judicial está ou não vigente no Direito Brasileiro? Buscando essa resposta, a presente pesquisa procura trazer os diversos posicionamentos adotados pelos operadores do direito acerca das efetivas alterações provocadas pela Emenda 66/2010 |
| Augusto Barrichello Santini | Artur Soares de Castro | Estado laico e liberdade religiosa | O presente estudo, tem como principal função explicar as diferenças entre um posicionamento do Estado que adota uma religião, e de um Estado que é contra religião, e no caso do nosso, onde se faz neutro perante as religiões. E mostrando algumas questões que podem parecer controversas ao Estado laico. |
| Axel Jonatan Thomé | Sérgio de Oliveira Silva Júnior | Ação Rescisória: no Novo Código de Processo Civil | O presente trabalho tem como objetivo demonstrar os novos delineamentos da ação rescisória a partir do Novo Código de Processo Civil. Para tanto foi realizada uma análise das principais mudanças ocorridas nos institutos da coisa julgada e da ação rescisória. Por meio de uma análise comparativa do sistema processual civil anterior com o novo foi possível elencar as principais alterações e possíveis implicações práticas no/do instituto da ação rescisória. |
| Barbara Alves da Silva | Thiago Chohfi | Fraudes Contra a Previdência Social | Este trabalho tem como objetivo mostrar os crimes cometidos contra a Previdência Social – INSS, e proteger o âmbito previdenciário.  Foram abordados alguns casos e mencionados os atos ilícitos que tem sido mais praticado e como denunciar casos desse tipo. |
| Bárbara Tavares | José Renato Martins | Descriminalização dos delitos contra a honra | O presente estudo tratou do cabimento da descriminalização dos delitos contra honra enquanto defasados tipos penais pelo decurso do tempo e consequente desvaloração do bem jurídico tutelado. Fundamenta-se na observância dos princípios constitucionais penais e apresenta a responsabilização civil como solução extrapenal. |
| Bibiana Carla Barbosa Fernandes Amaral | Manuela Cibim Kallajian Rabelo | Alienação parental | O presente trabalho faz uma análise acerca da Alienação Parental e da Síndrome da Alienação Parental, nas decisões exaradas pelo poder judiciário brasileiro, trazendo seu conceito, sua identificação, suas conseqüências. |
| Bruna Morato Brugnerotto | João Miguel da Luz Rivero | Responsabilidade Objetiva e Subjetiva do Empregador no  Acidente de Trabalho | O presente trabalho tem como objetivo analisar a responsabilidade civil do empregador no acidente de trabalho. O método utilizado foi o dedutivo, assim como  a técnica e pesquisa empregada foi a revisão bibliográfica. No primeiro capítulo analisamos a historicidade do acidente de trabalho, tal qual a da responsabilidade civil. |
| Bruno Gonzalo Huanca Carvalho | Wilson Lavorenti | Crimes virtuais | A presente monografia abordara inicialmente a evolução dos microcomputadores e o surgimento da Internet, como sua utilização nos dias atuais, em seguida será exposto A Convenção de Budaspeste, a qual teve como principal função regulamentar os crimes virtuais, em seguida será demonstrado os alguns destes crimes, como também os procedimentos usados nas investigações relacionados a estes delitos, e por último será exposto a quem compete julgar tais delitos. |
| Camila Fernanda Moretti | José Renato Martins | Sociedade de risco e Direito Penal: a antecipação da tutela penal e os princípios penais constitucionais | O assunto tratado na presente monografia diz respeito à legitimidade da antecipação da tutela penal na “Sociedade de Risco”, assim denominada pelo sociólogo Ulrich Beck. Diante disso, analisa-se o descompasso entre os novos rumos que a sociedade daquela época vivia (década de 1980) e o direito de então, e a real necessidade de se criar novas regras e interpretações para serem aplicadas sobre as formas de criminalidade agora em mutação. |
| Carla Ventura Rodrigues | José Renato Martins | A racionalidade das leis penais nos crimes contra a dignidade sexual | O presente trabalho tem como escopo a análise da racionalidade jurídica aplicada aos delitos de estupro e de estupro de vulnerável, para tanto serão analisadas as fases pré-legislativa, legislativa e pós-legislativa, os critérios a serem adotas e os próprios tipos penais, culminando no diagnóstico da existência ou inexistência de racionalidade jurídica nos mesmos. |
| Carol Rosales Borba | André Camargo Tozadori | Tráfico internacional de crianças e a legislação penal brasileira | Esta pesquisa tem o objetivo de ressaltar a falta de uma concretude ao combate referente ao Tráfico internacional de crianças e a necessidade de uma maior eficácia na legislação nacional, visando a supressão de tal conduta. Destaca-se que a cada três vítimas conhecidas de tráfico de pessoas, uma é criança. O número aumentou 5% em comparação ao período entre 2007 e 2010. |
| Caroline Machado Rodrigues | Wilson Lavorenti | Violência contra Mulher – Lei 11.340/2006 | Este trabalho tem a finalidade delinear a violência contra a mulher no decorrer da história e como ela foi tratada no âmbito sociocultural e nos diplomas legais. A partir dos movimentos internacionais, voltou-se maior atenção à proteção das mulheres, a erradicação da violência doméstica, bem como a criação de mecanismos e política pública a fim de tornar efetivos esses direitos. Com isso houve o advento da Lei nº 11.340/06. |
| Caroline Rosinelli de Moraes | Gustavo Henrique de Oliveira | Paternidade socioafetiva a luz do princípio do melhor interesse do menor | O presente trabalho acadêmico consiste na abordagem da constitucionalização do direito civil, especialmente no tocante ao direito de família, ainda, trata dos princípios de maior relevância para o tema, seguida da síntese sobre a doutrina da proteção integral da criança e do adolescente, adentrando no assunto sobre a paternidade, de modo ampliativo, para, enfim, abordar os aspectos da paternidade socioafetiva, especialmente quanto as suas nuances contemporâneas. |
| Charllene Caroline Zonetti | Everaldo Tadeu Quilici Gonzalez | Direito Grego antigo e suas contribuições para o Direito Brasileiro | Este é um breve estudo sobre a civilização da Grécia antiga, com o objetivo de realçar sua devida importância nos estudos acadêmicos-jurídico. As diferentes cidades que compunham a Grécia tinham leis soberanas, e cada uma delas tinha sua peculiaridade. De forma ampla, pode-se observar que muitas semelhanças existem com o ordenamento jurídico antigo da referida sociedade com o Direito Brasileiro vigente. |
| Cintia Nakae Fudimori | Gustavo Henrique de Oliveira | Responsabilidade civil dos filhos pelo abandono afetivo dos pais idosos à luz do Direito brasileiro | Este trabalho trata da possibilidade de condenação pecuniária dos filhos que abandonam afetivamente seus pais idosos à luz do ordenamento jurídico pátrio em face do dano moral sofrido, contextualizando o idoso frente à sociedade moderna, abordando a importância da família e das relações familiares, os principais princípios do Direito de Família, além da análise do instituto da responsabilidade civil e seus pressupostos. |
| Cintya Maria Noveleto | Thiago Chohfi | Terceirização, um estudo sobre as transformações no mundo do trabalho | O presente trabalho tem por objetivo principal tratar da flexibilização das normas trabalhista, tendo como principal foco a terceirização e seu cabimento em nosso atual ordenamento jurídico.Assim, nessa linha de raciocínio busca-se expor as ideias e o atual posicionamento pacificado dos tribunais a respeito do tema, o que nos levará a uma discussão sobre o cabimento das flexibilizações das normas trabalhista em nosso atual ordenamento jurídico, onde podemos encontrar uma acirrada disputa entre a garantia de emprego e a mão de obra barata, eficaz, ágil, hábil e melhor especializada aos empregadores. Por fim, trataremos das mudanças proposta pelo polêmico Projeto de Lei que tramita na casa do Congresso Nacional, buscando regulamentar a terceirização. |
| Damila Paola Santos | Renata Helena da Silva Bueno | A responsabilidade civil das empresas petrolíferas: o acidente ocorrido na plataforma de petróleo do Golfo do México | O objetivo deste trabalho é analisar a responsabilidade civil da empresa petrolífera BP, depois do acidente na plataforma de petróleo no Golfo do México em 2010. A pesquisa inicia-se com conceito de petróleo, meio ambiente, responsabilidade civil objetiva e em segundo momento, sobre danos, princípios e todo o acontecido no acidente da plataforma do golfo no México. |
| Daniel Azanha | Mirta Lerena Misailidis | Empregabilidade e crescimento econômico para as Micro e Pequenas empresas. | O custo Brasil, quando aplicado ao empresário no momento da contratação de novos funcionários reflete um cenário desestimulante para o crescimento da micro e pequena empresa. Com o cenário de crise econômica e política, os sindicatos não recuam em situações mais benéficas às empresas, o governo não oferece incentivos ao empresário, bem como e a situação econômica tende a não avançar. O efeito desta situação desencadeia um cenário de dependência econômica das micro e pequenas empresas das multinacionais e um temor no crescimento e contratação de novos profissionais. |
| Daniela Persiliana Alécio | Jorge Luiz Joly Penna | Direito civil – Guarda compartilhada | Esta monografia tem como parâmetro a guarda compartilhada, visando o atendimento ao princípio do melhor interesse da criança, que deve ser prioridade sempre que o assunto versar sobre tais interesses. Trata do poder familiar, abordando a evolução da família, que facilita a compreensão do desenvolvimento do instituto, que nasce como pátrio poder, originado na família patriarcal, tudo de acordo com a Lei 13.058/2014, que versa sobre os sujeitos do poder familiar e os critérios legais para o seu exercício. |
| Danilo Dias Alves | Miguel Ângelo Ciavareli Nogueira dos Santos | O Princípio da Presunção de Inocência e a Prisão em Segunda Instância | O Princípio da Presunção de Inocência, direito humano fundamental, fora inserido na Constituição Federal de 1988. Entre seus objetivos, garante o direito à liberdade do réu, até que tenha transitado em julgado, a sentença definitiva condenatória. Entretanto o novo entendimento dos Superiores Tribunais culminou em um novo conceito jurisprudencial e tema controverso. |
| Danilo Rodrigues Fabretti | Yvens Santiago Marcondes | A incidência do ICMS sobre as operações com softwares disponibilizados por meio de transferência eletrônica de dados | Atualmente no ordenamento jurídico brasileiro existem legislações em vigor definindo a conceituação de software, contudo, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal não os observa, gerando conflitos tributários entre os Estados e Municípios e causando insegurança aos contribuintes, sendo necessária a revisão da legislação por parte do poder legislativo. |
| Deivid Donizete Morato Teixeira | Eduardo Alberto Pinca | Uma visão crítica da escolha do jurado na composição do tribunal do júri atual | Na presente pesquisa foi analisada criticamente a forma pela qual o Tribunal do Júri seleciona pessoas para atuar como jurados no Brasil, considerando a atual dinâmica de organização, conforme Lei 11. 689/08. As críticas se fundamentam na obrigatoriedade das pessoas atuarem no Tribunal do Júri e a falta de informação técnico jurídica dos jurados. |
| Fábio de Souza Batista Gomes | Jorge Luiz Joly Penna | Guarda compartilhada | O presente trabalho visa mostra a importância da guarda compartilhada nos dias atuas, porém, antes de mostrar as modalidades de guardas, foi tratado sobre o poder familiar. |
| Felipe dos Reis Silveira | Álvaro Sérgio Cavaggioni | Síntese dos planos de recuperação de empresas, de acordo com a Lei 11.101/2005; Introdução ao estudo do Compliance Empresarial | A presente monografia explica, brevemente, os planos de recuperação elencados na Lei 11.101/2005, a Lei de Falência e Recuperação. Começa com uma introdução relatando o que é a falência, suas causas, o estado falimentar, bem como as regras gerais da Lei, posteriormente parte para a recuperação judicial, que traz dois planos, o comum e o especial para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, posteriormente traz o plano de recuperação Extrajudicial. |
| Felipe Heitor Bombonatti | Artur Soares de Castro | O princípio da inafastabilidade da jurisdição e o interesse de agir nas ações previdenciárias | Com a presente pesquisa, deseja-se demonstrar se a exigibilidade do prévio indeferimento do requerimento administrativo, a fim de caracterizar o interesse de agir, violaria o princípio da inafastabilidade da jurisdição, previsto no artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal/88. Outrossim, demonstrar-se-á os fundamentos apresentados no Acórdão do julgamento ocorrido no Supremo Tribunal Federal, que julgou o RE 631.240/MG. |
| Fernanda D. Goldoni Coladete | Cristhiane  Martins Schmidt | Criminalidade violenta – causas e soluções | O presente trabalho tem como objetivo a discussão da criminalidade violenta nos dias de hoje, onde temos por um lado o Código Penal que é voltado para autor e vítima e do outro, a criminologia aprofundando o estudo  para saber o que levou aquele individuo a prática do crime. |
| Flávio Roberto Oss | José Luiz Joveli | Inimputabilidade do menor infrator | O objetivo deste estudo é demonstrar na área jurídica os posicionamentos  divergentes entre doutrinadores e juristas sobre o tema da inimputabilidade do  menor infrator no Brasil, que nos dias de hoje se dá até os 18 anos de idade,  com ênfase ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). |
| Gabriel Baglioni Makarausky | Renata Helena da  Silva Bueno | O direito ao esquecimento | O direito ao esquecimento é o direito que um indivíduo possui de ser deixado em paz, de ser esquecido pelo seu passado, evitando assim que fatos pretéritos de sua vida sejam expostos ao público em geral, causando-lhe sofrimento ou transtornos. Em contrapartida, contemporaneidade tem sido marcada pela  facilidade de acesso à dados pessoais nas redes sociais e na Internet em geral. |
| Gabriela Carvalho Rochelle | Fabiane Parente Teixeira  Martins | A evolução histórica do divórcio e seus reflexos sobre os filhos | O intuito deste trabalho é desenvolver uma análise da evolução do divórcio, apresentando suas modificações até ser instituído o divórcio direto, atualmente utilizado no ordenamento jurídico brasileiro, e analisar os efeitos que a dissolução do vínculo conjugal pode acarretar aos filhos menores do ex-casal. |
| Gabriela Salvino Silva | Miguel Angelo Ciavarelli Nogueira dos Santos | Terrorismo | O presente trabalho de conclusão de curso trata com objetividade do tema terrorismo, passando por seu surgimento, estruturação, ciberterrorismo e como foi tratado diante dos países de grande porte econômico onde houve ataques. Finalizando com a estruturação e aplicação da nova Lei Antiterror em vigor em março de 2016 no Brasil. |
| Gessé Carmo de Oliveira | José Luiz Joveli | A presunção de violência no estupro de vulnerável: discussão sobre a liberdade sexual do menor de 14 anos – pós lei federal do Brasil Nº 12.015/2009 | O tema em analise, trata do interesse social e jurídico, sobre a questão da sexualidade e violência, menoridade e arcabouço legal, com conceitos e opiniões acerca da temática sobre o assunto. Objetiva-se compreender e apreender a análise, objetivando-se bem delinear os tipos penais envolvidos. Metodologicamente opta-se pelo estudo de abordagem qualitativa. |
| Giovana David Gomes | Artur Soares de Castro | A publicidade no Código de Defesa do Consumidor | Esta monografia trata da regulamentação da publicidade no Código de Defesa do Consumidor, cujo objetivo é conhecer os requisitos e modalidades de publicidade, e por fim, trazer os problemas das publicidades antijurídicas e a necessidade da contrapropaganda |
| Gisela Braz Ribeiro Burguês | Álvaro Sérgio Cavaggioni | Análise da boa-fé nos contratos de seguro: responsabilidade das seguradoras e as causas excludentes | Faremos em primeiro uma abordagem sobre o conceito de contrato numa visão geral nos aprofundando em seguida a conceituação do seguro e, seus elementos. E como o desenvolvimento dos riscos decorrente do progresso para aqueles que nela convivem. E ainda como esses danos são invitáveis na medida em que o seguro constitui soluções para que os danos sejam reparados e suas vitimas indenizadas uma vez que nesse contexto o segurado torna-se vítima de si próprio. |
| Guilherme dos Santos Kohari | Yvens Santiago Marcondes | Planejamento Tributário | O objetivo do estudo é demonstrar o planejamento tributário que os empresários podem fazer, apresentar os princípios do direito tributário bem como as modalidades de tributação, para que aqueles que leiam o estudo possam verificar qual a melhor forma de tributação para o seu negócio |
| Guilherme Augusto Fernandes | André Camargo Tozadori | Os crimes do colarinho branco – origem do conceito – tolhendo o desenvolvimento do Brasil | O presente trabalho se inicia com uma conceituação do Direito Penal, após análise inicial do tema, parte para o início do estudo da seara mais especifica do Direito Penal Econômico, fazendo menção a importância do redimensionamento dos bens jurídicos do Estado. O direito penal fragmentário e subsidiário são explicados logo em seguida para mostrar a importância da nova análise, frente ao tema do trabalho, e os bens supra individuais que sofrem lesões e estão na mira dos criminosos de colarinho branco. |
| Guilherme Nassin Medina | Renata Helena da Silva Bueno | O direito de vizinhança em condomínio edilício | A presente monografia tem como tema o direito de vizinhança em condomínio frente ao condomínio edilícios, mostrando os principais problemas existentes que crescem constantemente conforme a demanda populacional, e quais as formas de soluções destes conflitos que veem sendo adotadas. Tem como principal importância a Lei Federal sob normas reguladoras, bem como as regras, direitos, deveres e exigências que são inerentes às relações de vizinhança. |
| Guilherme Peres Zulini | Nelson Paulo Rossi Junior | A Atuação do Ministério Público na Defesa do Meio Ambiente | Ministério Público, Meio Ambiente e Ação Civil Pública são temas intimamente ligados e possuem um traço característico comum: transindividualidade. Aquele, defensor da sociedade, salvaguarda a ordem jurídica, o regime democrático, os interesses sociais e individuais indisponíveis; este, metadireito, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida; e essa, instrumento jurídico processual, destinada à tutela dos interesses transindividuais. |
| Gustavo Benitez Ribeiro | José Renato Martins | Aspectos Jurídicos e Sociais da Redução Maioridade Penal | O presente trabalho é apresentado como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Jurídicas à Banca Examinadora da Faculdade de Direito. Tem como objetivo analisar a questão da maioridade penal na sociedade brasileira, discutindo aspectos sociais, históricos e jurídicos. A análise compreende estudos doutrinários, jurisprudenciais, notificas e artigos científicos, além de estatísticas oficiais. |
| Gustavo Tadeu Lara Fontich | Cesar Mauricio Zanluchi | Sanções políticas no Direito tributário Direitos fundamentais e o dever de pagar tributos | O presente trabalho tem por fundamento essencial analisar a competência tributaria limitação do poder de tributar do estado, o que é considerado Sanção Politica no direito tributário, utilizando-se o estado do poder que possui para coagir o contribuinte ao adimplemento dos tributos, os procedimentos permitidos e a legislação vigente do processo fiscal tributário e as formas de cobrança de divida ativa. |
| Laiz Angelina Bontorin Leite | Nelson Rossi Júnior | Indenização por danos morais decorrente da alienação parental | O presente trabalho tem como objetivo demonstrar as consequências da alienação parental, o quanto um genitor alienado e a criança/adolescente sofrem e os meios de coibir esse ato ilícito, bem como ocorre à intervenção do judiciário, a importância de um acompanhamento multidisciplinar e a possibilidade de indenização por danos morais decorrente da alienação. |
| Larissa Martim Fedatto | Gustavo Henrique de Oliveira | Alienação parental e a proteção integral | O estudo trata-se da Alienação Parental, que decorre de uma separação judicial mal resolvida, e os efeitos danosos decorrentes da sua prática. Para facilitar a compreensão do assunto, analisamos a Lei nº 12.318/2010 (Lei da Alienação Parental). Tal lei tem como principal objetivo assegurar o menor sofrimento a todos os envolvidos diante de uma dissolução conjugal. |
| * + 1. Leidiane dos Santos Prado | José Luiz Joveli | Ressocialização prisional: a nefasta distância entre a teoria e a prática | As mazelas do sistema carcerário vêm evidenciando a falência da pena de prisão e o fracasso na ressocialização do indivíduo. O trabalho apresentará o conceito de ressocialização prisional fazendo exposição das medidas que podem atenuar as problemáticas, alardeando sobre a necessidade da aplicabilidade dos diplomas legais já existentes em nosso ordenamento. |
| Leandro Manoel Justino | Karina Teresa  da Silva Maciel | A importância dos credores na recuperação judicial de empresas | Uma empresa deve ser vista em seu sentido maior: capacidade de gerar empregos, pagar impostos, gerar riquezas, entre outros. Por este motivo, quando a empresa passa por algumas dificuldades financeiras deve observar antes de qualquer atitude a possibilidade de reergue-la. |
| Leandro Passari | Wladyr Benedicto Bueloni Jr | Contratos “Built to suit” | Monografia que apresenta os contratos de locação denominados Built to Suit, como funcionam, quem são os envolvidos, e benefícios que trazem para estes. Também mostra as modificações que a Lei n°12.744/2012 introduz neste complexo tipo de contrato, onde o locador adquire um terreno e constrói um imóvel com as necessidades do locatário para posterior locação. |
| Leticia Pavan | Gustavo Henrique Oliveira | Adoção por casais homossexuais e os princípios constitucionais | A presente monografia de conclusão de curso busca retratar os relevantes aspectos acerca da adoção de crianças e adolescentes por casais homossexuais, bem como os princípios constitucionais fundamentais correlacionados ao tema, abordando o ponto de vista jurídico e relacionando-o com o contexto social atual. |
| Leticia Piconi Mendes | Artur Soares de Castro | Internação compulsória do dependente químico e o direito à liberdade | O presente estudo, abrange a internação compulsória do dependente químico e o direito à liberdade. Abordou-se a capacidade civil destes doentes, o papel do Estado, da família e da sociedade no tratamento dos mesmos. Realizou-se uma análise histórica da internação compulsória, alguns direitos fundamentais, bem como a colisão existente entre eles. Por fim, foram demonstradas algumas soluções apresentadas por estudiosos sobre os conflitos causados entre estes direitos |
| Leticia Tereza Cancilliero Guidolim | José Luiz Joveli | A Culpabilidade e a Co-Culpabilidade Estatal | A Culpabilidade é dada a possibilidade de considerar alguém culpado pela pratica de uma infração penal, portanto é definida como juízo de reprovação. Têm-se como requisitos a imputabilidade, a potencial consciência da ilicitude e a exigibilidade de conduta diversa. Já a Co-Culpabilidade é o principio constitucional implícito que reconhece a corresponsabilidade do Estado no cometimento de determinados delitos praticados por cidadãos vulneráveis, os quais não tiveram seus direitos mínimos garantidos. |
| Luany Caetano Rocha | Gustavo Henrique de Oliveira | O direito de sucessão na União estável | O presente estudo tem como tema um assunto de grande repercussão, de inúmeras correntes doutrinarias e decisões referente a constitucionalidade do artigo  1.790 do CC, neste sentido faz-se um estudo da união estável como entidade familiar e o direito sucessório do companheiro a luz dos princípios fundamentais,  procurando destacar as diferenças da sucessão do companheiro com o cônjuge. |
| Maisa Santos Lima | Eduardo Alberto Pinca | Uma breve análise | Recentemente o STF no RE: 593.727/ MG, pacificou polêmica que gira em torno da Investigação Criminal direta pelo Ministério Público, contudo, o tema ainda gera controvérsias. Assim, diante da grande relevância que o assunto aborda, o presente trabalho irá abordar o poder de investigação criminal pelo Ministério Público à luz da Constituição Federal de 1988 |
| Marcela Eduarda Alves | Miguel Ângelo Ciavarelli Nogueira dos Santos | Tortura | O presente estudo tem como finalidade descrever o crime de tortura com base ao longo da história, viabilizando seus aspectos na esfera criminal, constitucional e principalmente seus aspectos sociais. Somente a existência de leis não é o suficiente, deve haver também a contribuição de todos os envolvidos, Estado, reestruturação e a sociedade como um todo. |
| Márcia Schmidt Takaki | João Miguel da Luz Riveiro | Desaposentação | Existem vários tipos de benefícios em que a previdência social disponibiliza para o cidadão, um desses benefícios é a aposentadoria. A aposentadoria especial é aquela conferida para as pessoas exerceram atividades de risco ou prejudiciais à saúde. Ressalta-se que, para ter direito a este privilegio previdenciário é necessário à comprovação do período completo de exposição aos agentes nocivos. |
| Maria Antonia Souza Ramos | Nelson Paulo Rossi Junior | Danos Morais no Abandono Afetivo do Idoso | Este trabalho analisa como são aplicadas as normas estatutárias e doutrinárias aos idosos, com a finalidade de diminuir ou estagnar os atos cometidos por entidades, filhos ou cuidadores dessa população vulnerável devido à senilidade atrelada ao processo de envelhecimento. |
| Mariana Cristina Mandro | Renata Helena da Silva Bueno | Dano moral decorrente de abandono afetivo | O presente trabalho tem por objetivo o aclarar o tema: “O dano moral decorrente de abandono afetivo”, usando como premissa básica o enfrentamento legal do assunto em conjunto com o conceito moderno de família, destacando o valor do afeto inserido como elemento constituinte das relações familiares. |
| Mariana Magalhães de Oliveira | Gessé Marques Júnior | Feminicídio: mulheres e gênero | O presente trabalho tem como objetivo analisar a circunstância qualificadora do feminicídio inserida no Código Penal através da Lei 13.104/2015, que foi sancionada em 09 de março de 2015. A partir da conceituação de gênero e violência, chegamos ao ponto central do trabalho que foi a inserção do tipo penal feminicídio no nosso ordenamento jurídico. Analisamos os marcos nacionais e internacionais que influenciaram o processo e finalizamos analisando a sua constitucionalidade. |
| Marilda Carvalho de Nicolai | André Camargo Tozadori | Eutanásia: Violação do direito á vida ou respeito ao direito a morte digna | Nesse trabalho pretende-se expor os conceitos e classificações da eutanásia, que variam entre ortotanásia, distanásia, mistanásia e suicídio eutanásico, a partir de aspectos jurídicos e discussões entre especialistas de vastos setores, dando ênfase no direito à vida e dignidade humana. A problematização girará em torno do direito digno de morrer e também sobre o fato de não existir legislação no Brasil, para tal fator: a eutanásia |
| Marjorie Cristine Nunes | João Miguel da Luz Rivero | A figura do idoso frente ao seu estatuto – Aspectos gerais da Lei 10.741/2003 | O presente trabalho apresenta um panorama geral da figura do idoso frente ao seu estatuto. Conforme abordado o idoso infelizmente ainda é vitimizado perante nossa sociedade. O Estatuto do Idoso veio para consagrar alguns direitos esquecidos, bem como serviu de complemento para a Lei de Política Nacional do Idoso que se manteve inerte em muitos temas na esfera de proteção das pessoas da terceira idade |
| Mayara Granziol Silva | Wladyr Benedicto Bueloni Jr | Síndrome de alienação parental | O presente trabalho tem como objetivo demonstrar a importância da evolução da família brasileira e o surgimento da Síndrome de Alienação Parental (SAP) no âmbito familiar. Através de uma análise doutrinaria e legislativa busca-se compreender esse fenômeno, elencar suas principais características e as formas que o Poder Judiciário brasileiro lida com essa problemática. |
| Meliane Silva Candeias | Renata Helena da Silva Bueno | Alimentos transitórios | Alimentos transitórios diz respeito a fixação de termo certo para a prestação alimentícia entre ex-conjuges ou ex-companheiros quando estes possuírem condições de inserção no mercado de trabalho promovendo, assim, seu próprio sustento, devendo ser observado, contudo, as peculiaridades de cada caso concreto que determinará a aplicação ou não do instituto e o prazo razoável da prestação. |
| Melina Ebert Barbeiro | Wladyr Benedicto Bueloni Jr | Aspectos da desconsideração da personalidade jurídica | O presente trabalho monográfico tem por objetivo analisar os aspectos da desconsideração da personalidade jurídica, tanto na esfera do direito material, quanto na esfera do direito processual. |
| Michele de Souza Calis | João Miguel da Luz Rivero | Princípios Norteadores da Administração Pública | Os Princípios são a base fundamental de qualquer disciplina jurídica. Na seara Administrativa se revestem de maior importância diante dos bens jurídicos tutelados e de sua disposição legislativa. Através de pesquisa aos consagrados e mais modernos autores administrativistas foi possível uma análise apegada dos principais pontos relativos aos cânones do Direito Administrativo, sobretudo os que estão expressos no artigo 37 da Constituição Federal pátria, bem como àqueles implícitos de maior relevância. |
| Mirela Braz Ribeiro Cones | Álvaro Sérgio Cavaggioni | Meios alternativos de resolução de conflitos | O objetivo deste trabalho é analisar os benefícios dos meios alternativos de resolução de conflitos no Poder Judiciário brasileiro |
| Mônica Houran Higashino | Eduardo Alberto Pinca | A eficácia do instituto democrático do Júri no poder judiciário | Trata-se de uma breve reflexão sobre o Tribunal do Júri, onde os acusados são julgados pelos seus pares. Seus opositores argumentam que os jurados não são qualificados para o exercício desta função. Por outro lado, seus defensores alegam a importância deste Instituto pelo seu aspecto democrático. Conclui-se que os julgamentos do Júri são tão eficazes quanto aos realizados pelo Juiz togado, através da desconstrução de suas críticas, portanto, deve-se mantê-lo e aperfeiçoá-lo. |
| Natália Ballan Campos | Gessé Marques Jr | Imposto sobre Grandes Fortunas | O Imposto Sobre Grandes Fortunas (IGF) está previsto no artigo 153, VII, da Constituição Federal de 1988 (CF/88), porém deveria ser regulamentado através de lei complementar. Em análise aos princípios constitucionais em conjunto com os direitos sociais nota-se que o referido imposto se trata de instrumento de grande valia para a busca de um sistema tributário mais equilibrado. |
| Natália Corrêa de Aguiar | Wilson Lavorenti | Crime de Maus-Tratos: A Responsabilidade do Direito na Tutela e Proteção aos Animais | O trabalho aborda o crime de maus-tratos a animais no ordenamento jurídico brasileiro, através de um panorama histórico do Direito Ambiental no Brasil e conceituação da tutela penal ambiental. São abordados, posteriormente, os aspectos da Lei n. 9.605/98, com foco no artigo 32, o qual tipifica o crime de maus-tratos. O objetivo principal do trabalho é analisar a forma como o Direito tutela atualmente o bem-estar animal e projetar uma nova visão jurídica acerca dos direitos dos animais. |
| Natalia Rosinelli de Almeida | Álvaro Sérgio Cavaggioni | Guarda compartilhada | Esse trabalho consiste na busca de maiores esclarecimentos sobre a guarda compartilhada com o intuito de ampliar compreensões das diretrizes básicas que norteiam o campo jurídico do Direito de Família. Analisando as Leis nº 11.698/2008 e 13.058/2014 que trata da guarda compartilhada, bem como suas vantagens e desvantagens esclarecendo todos os conflitos que o tema apresenta. |
| Nathália Furlam Prisco | Gustavo Henrique de Oliveira | Responsabilidade civil dos pais pelo abandono afetivo | O presente trabalho acadêmico visa analisar, através de pesquisas doutrinárias, bem como jurisprudenciais, a responsabilidade dos pais e o dever de compensar o dano causado aos filhos em razão do abandono afetivo. Comprovar-se-á que o abandono afetivo prejudica o desenvolvimento saudável da criança, gerando danos passíveis de reparação, conforme vem entendendo alguns Tribunais e grande parte da doutrina. |
| Patricia Sampaio Castelo Branco | Gessé Marques Junior | Democratização do acesso à justiça:  Promotoras Legais Populares | Essa monografia apresenta uma pesquisa a respeito do projeto ‘Promotoras Legais Populares’, que realiza cursos de educação popular em direito para mulheres, há mais de 20 anos no Brasil. |
| Roberta da Cruz Tavares | Thiago Chohfi | O novo CPC aplicado ao processo do trabalho | Com o passar do tempo as legislações foram recebendo maiores preocupações por parte do legislador e várias leis foram criadas para proteger a sociedade Brasileira. Assim, esta pesquisa busca fazer uma retrospectiva desde os primórdios da civilização até nossos dias atuais no que tange o Novo CPC aplicado ao Processo do Trabalho. |
| Priscila Marques Santos | Alexandre Gualazzi | A Internet no Direito Do Trabalho E Seus Reflexos na Caracterização do Ato de Desídia nos Contratos Laborais | A presente monografia propõe-se a abordar o uso das mídias sociais no âmbito trabalhista e seus reflexos da relação entre empregados e empregadores, e a caracterização do ato de desídia resultando na rescisão contratual por justa causa. Serão apresentados alguns fundamentos de conflitos originados pelo uso das redes sociais digitais como instrumento de trabalho ou de entretenimento. |
| Ricardo Goldschmidt Beltrame | Wladyr Benedicto Bueloni Jr | Prescrição e decadência no Código de Defesa do Consumidor e principais reflexos com ênfase ao novo CPC | O presente estudo apresenta considerações sobre os institutos da prescrição e da decadência a partir das disposições contidas no código de defesa do consumidor, analisando, também, as principais divergências doutrinárias relacionadas ao assunto levando em consideração às principais incidências e modificações que o Novo Código de Processo Civil acarretou dentro do Código de Defesa do Consumidor. |
| Rita de Cássia Cirino Pereira | Álvaro Sérgio Cavaggioni | Adoção por casais homoafetivos | O presente trabalho buscar abordar as considerações acerca da Adoção de crianças por casais homoafetivos.  Negar a adoção pela preferência sexual do adotante é negar-lhe a chance de ter uma vida digna, ou seja, ter uma família. |
| Rodrigo do Amaral Bortoleto | José Luiz Joveli | Imputação objetiva no Direito Penal | Este trabalho tem por escopo abordar a Teoria da Imputação Objetiva, o qual introduz outros elementos para configuração do fato típico (busca saber quando se pode afirmar a existência de uma relação objetiva entre conduta e resultado), funcionando como um filtro corretivo para a atribuição do resultado. |
| Ronaldo Cesar Nicoletti | Jorge Luiz Joly Penna | A Responsabilidade Civil Do Empregador Em Acidente De Trabalho | O estudo aborda as questões que envolvem a responsabilidade civil objetiva e subjetiva do empregador em caso de acidente do trabalho, apresentando análise histórica, seus requisitos e as consequências da configuração no contrato de trabalho. |
| Rosana Liberato | Eduardo Alberto Pinca | Legitimidade do delegado de polícia para celebração da delação premiada | O presente estudo disserta sobre o funcionamento da colaboração premiada no sistema jurídico brasileiro. Abordaremos com ênfase a formalização do acordo deste instituto conforme a legislação em vigor, a jurisprudência e também a problemática sobre a legitimidade do Delegado de Polícia para presidir o acordo de colaboração. |
| Sabrina Batagin Avancini | Wilson Lavorenti | Delação premiada nas organizações criminosas realizada pela autoridade policial | A presente monografia tem como objetivo trazer uma análise aprofundada sobre a delação premiada e sua aplicação, sendo o instituto um poderoso instrumento de enfrentamento as organizações criminosas, em importante colaboração com a Justiça. Em tempos atuais, as organizações criminosas se faz muito presente por todo nosso país e pelo mundo, e estão crescendo a cada dia. |
| Santiago Pasquette Peres | Gustavo Henrique Oliveira | Usucapião familiar | O presente trabalho tem por objetivo analisar a possibilidade de usucapião familiar, aquela que ocorre entre ex-cônjuges ou ex-companheiros.  Será explorado também o conceito e a evolução histórica da usucapião, bem como suas modalidades, requisitos, transformação e sua relação com o direito de família. |
| Sarah Sbravatti Salvador | Sérgio de Oliveira Silva Júnior | Precedentes Obrigatórios no Ordenamento Jurídico Brasileiro | Este trabalho trata sobre os Precedentes que ganham força com o advento do Novo Código de Processo Civil. Segue expondo sobre os principais sistemas jurídicos atuais e, então, analisa a forma de aplicação deste instituto através dos chamados Filtros Processuais, que tem como objetivo auxiliar na redução da demanda frente ao Judiciário Brasileiro.  Depois dessa análise, apresenta as principais doutrinas sobre a adoção dos Precedentes e sua forma de aplicação, demonstrando seus pontos positivos e negativos. |
| Sérgio Leandro Segatto | Wladyr Benedicto Bueloni Jr | Responsabilidade Médica - o Erro Médico e o Código de Defesa do Consumidor | Este estudo discorre sobre a Responsabilidade Médica – Erro Médico e o Código de Defesa do Consumidor. Apresenta diversos conceitos do tema, correlacionando a responsabilidade médica quanto ao erro médico e suas implicações com o Código de Defesa do Consumidor. Analisa seus fundamentos e a sua caracterização. Reflete sobre os valores indenizatórios, pois, mostra que é discutível a ocorrência do dano moral e material do médico. |
| Thais de Matos Rodrigues | Rodrigo Batista Coelho | Princípios constitucionais aplicáveis ao Tribunal do Júri | O presente trabalho discorre acerca da relevância jurídica da aplicabilidade dos princípios norteadores do Tribunal do Júri, consistentes na plenitude de defesa, no sigilo das votações, na soberania dos veredictos e na competência para julgar os crimes dolosos contra a vida, além, dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, do contraditório e da ampla defesa e do devido processo legal. |
| Thalita Erica da Silva | Álvaro Sérgio Cavaggioni | Alteração do nome civil | O nome da pessoa natural é o sinal exterior mais visível de sua de sua individualidade, trazendo conteúdo e características de direito da personalidade, que possibilitam o indivíduo estar nas relações jurídicas como sujeito de direito.   Portanto, o nome guarda harmonia com o aspecto social, psicológico e familiar do portador, merecendo a atenção jurídica necessária a sua regulamentação, proteção e adequação à realidade, como qualquer outro direito previsto no Código Civil e resguardado Constitucionalmente, a fim privilegiar a dignidade da pessoa humana e a felicidade do indivíduo. |
| Thalita Mendonça dos Santos | André Camargo Tozadori | Aborto de anencéfalo | A presente monografia se deu na pesquisa do tema “ABORTO DE ANENCÉFALO”. Esclarecido os conceitos de: início da vida, aborto, anencefalia e morte.  Realizado apontamento dos conflitos existentes entre o direito à vida do feto anencéfalo versus o direito à liberdade de escolha e o direito à saúde física e mental da mulher gestante. Por fim, foi realizada uma análise de todo o processo da ADPF nº 54 até a sua decisão, concluindo com a opinião da estudante. |
| Thais Pansani Brasil | José Renato Martins | Penal alternativas e progressão de regime prisional nos crimes hediondos | O presente trabalho teve por objetivo demonstrar à discussão doutrinária e jurisprudencial a respeito da aplicabilidade da Lei nº 11.464 de 2007 aos crimes hediondos e equiparados, cometidos antes da sua promulgação e o atual posicionamento do Supremo Tribunal Federal. E, discorrer sobre a Lei nº 11.464/07 que regulamentou essa questão. Concluindo, não haver mais dúvidas quanto à inconstitucionalidade da Lei nº 8.072/90. |
| Thiago Felício de Oliveira | Álvaro Sergio Cavaggioni | Boa-fé objetiva no contrato de seguro | O presente estudo trata do princípio da boa-fé objetiva com enfoque em sua atuação e suas principais funções na modalidade do contrato de seguro, bem como em sua perspectiva busca analisar e demonstrar as consequências pela inobservância deste princípio e suas funções principais. |
| Tiago Cury de Oliveira | Yvens Santigo Marcondes | A desconsideração da personalidade jurídica face ao Direito Tributário | O presente estudo visa tratar da desconsideração da personalidade jurídica, abordando alguns conceitos, tais como sua aplicação, requisitos, bem como sua finalidade face ao importante papel que exerce nas relações tributárias. |
| Vânia Moreira Almeida Neves | Fabiane Parente Teixeira Martins | A função social do Juíz | Trata da importância da atuação do Juiz frente à garantia dos direitos fundamentais. O limite da atuação do Juiz é o que se indaga. O trabalho aborda aspectos gerais sobre o cargo e a presença da mulher na magistratura, trazendo uma reflexão acerca da função social do Juiz. |
| Vanessa Fernanda Tietz Lima | Gustavo Henrique de Oliveira | Usucapião familiar | O presente trabalho aborda o instituto da usucapião familiar, partindo da análise de aspectos primordiais para sua contextualização, enquanto uma ferramenta a ser utilizada pelo operador do direito como forma de garantir o direito à propriedade e atender à sua função social, haja vista que busca garantir o direito à moradia para o cônjuge que exerce a posse da propriedade, conforme determina a lei 12.424 de 11 de junho de 2011 que acrescentou ao Código Civil o artigo 1.240-A. |
| Vitor Rafael Dias | Waleska Cariola Viana | Migrações forçadas: o acolhimento dos refugiados Sírios no Brasil | Este trabalho se circunscreve no âmbito do Direito Internacional dos Direitos Humanos ao propor um estudo da problemática das migrações forçadas, especialmente daquelas ligadas ao Brasil. Pretende-se falar sobre migrações forçadas, o instituto do asilo e suas espécies, o visto humanitário para adentrar no assunto dos refugiados, mais especificamente sobre os refugiados sírios e sua relação com o Brasil. |
| Willian Queiroz de Freitas | André Camargo Tozadori | A tortura | A presente monografia, visa discorrer sobre a tipificação do crime tortura no Brasil, e, a desclassificação para crimes de maus tratos e lesões corporais. Para isso fora feito uma análise histórica que é de suma importância, juntamente com os tratados internacionais de direitos humanos, a Constituição Federal de 1988 e a Lei 9.455, de abril de 1997 |
| Willians de França Lima | Miguel A C Nogueira Dos Santos | A ilicitude obstétrica | Esta dissertação apresenta o problema da ilicitude obstétrica sob um prisma jurídico, contrapondo os atos atentatórios à integridade física e psíquica da mulher aos seus direitos fundamentais. |
| Yasmin Vieira Sabino | César Maurício Zanluchi | Aspectos jurídicos sobre alienação parental e seus efeitos nos filhos adotivos | O presente trabalho discorre sobre família, sua origem e conceito, levando ao entendimento da problemática da Alienação Parental e sua síndrome. Aborda os tipos de família e guarda existentes no nosso ordenamento jurídico, e depois se inicia um aprofundamento no estudo da Alienação Parental, evidenciando suas características, conseqüências e soluções. |